

# *JUSTIÇA ESTADUAL*



## V. Indicadores da Justiça Estadual

Nessa seção serão apresentados os dados informados pelos Tribunais Estaduais (TJ). Faz-se mister destacar, que conforme disposto no Art. 4º da Resolução nº 15 de 2006, os dados apresentados são de responsabilidade exclusiva dos Tribunais que participaram da pesquisa.

Primeiramente, antes de iniciar a análise dos indicadores, vale descrever alguns aspectos referentes à estrutura<sup>5</sup> dessa Justiça. A Justiça Estadual está estruturada em três graus de jurisdição. A Primeira instância é composta pelos Juízes. Ela é responsável pelo julgamento de processos envolvendo matérias cíveis, de família, do consumidor, de sucessões, de falências e concordatas, da infância e juventude, além das matérias criminais.

A segunda instância é formada pelos Tribunais de Justiça. São 27 tribunais estaduais, sendo um em cada unidade federativa, cuja competência é julgar recursos das decisões dos juízes de primeiro grau. Sua competência originária é de julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a última instância da Justiça brasileira para as causas infraconstitucionais, sendo o órgão de convergência da Justiça Comum<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> As informações referentes à estrutura da Justiça Estadual foram retiradas do site (<http://www.ajufe.org.br>) em 18 de novembro de 2008.

<sup>6</sup> As informações referentes ao Superior Tribunal de Justiça foram retiradas do site ([http://www.stj.jus.br/portal\\_stj](http://www.stj.jus.br/portal_stj)) em 15 de dezembro de 2008.

**1. Insumos, Dotações e Graus de Utilização**

1.1. Despesa Total da Justiça Estadual relação ao PIB Estadual

Tabela 3.1 - Despesa Total da Justiça Estadual relação ao PIB Estadual

<b>Tribunal de Justiça</b>	<b>DPJ</b> Despesa Total da Justiça (em R\$)	<b>PIB</b> Produto Interno Bruto (em R\$)	<b>G1</b> Despesa Total sobre o PIB
Acre	104.093.279	5.895.497.157	1,77%
Alagoas	186.364.103	19.209.617.297	0,97%
Amapá	110.764.202	6.414.140.181	1,73%
Amazonas	243.140.596	47.759.222.436	0,51%
Bahia	1.559.054.022	117.743.513.255	1,32%
Ceará	478.370.600	56.470.059.142	0,85%
Distrito Federal	1.082.473.859	109.294.542.107	0,99%
Espírito Santo	481.538.219	64.362.008.017	0,75%
Goiás	418.391.720	69.616.360.061	0,60%
Maranhão	322.038.070	34.900.858.831	0,92%
Mato Grosso	473.394.684	43.025.720.983	1,10%
Mato Grosso do Sul	327.063.612	29.698.856.671	1,10%
Minas Gerais	1.967.147.078	261.942.606.393	0,75%
Pará	383.093.670	54.111.604.988	0,71%
Paraíba	285.362.402	24.331.156.269	1,17%
Paraná	714.906.698	166.667.985.392	0,43%
Pernambuco	509.812.355	67.682.440.433	0,75%
Piauí	159.446.340	15.596.550.319	1,02%
Rio de Janeiro	1.857.962.992	335.776.039.992	0,55%
Rio Grande do Norte	306.188.311	25.066.689.979	1,22%
Rio Grande do Sul	1.212.198.824	191.301.948.517	0,63%
Rondônia	217.134.206	15.986.385.578	1,36%
Roraima	58.767.472	4.463.174.240	1,32%
Santa Catarina	669.058.775	113.615.335.021	0,59%
São Paulo	4.597.543.991	978.627.838.314	0,47%
Sergipe	210.381.324	18.444.446.176	1,14%
Tocantins	132.104.435	11.714.402.251	1,13%
<b>Justiça Estadual</b>	<b>19.067.795.839</b>	<b>2.889.719.000.000</b>	<b>0,66%</b>

**Indicador:**

**G<sub>1</sub> - Despesa Total da Justiça Estadual em relação ao Produto Interno Bruto (PIB).**

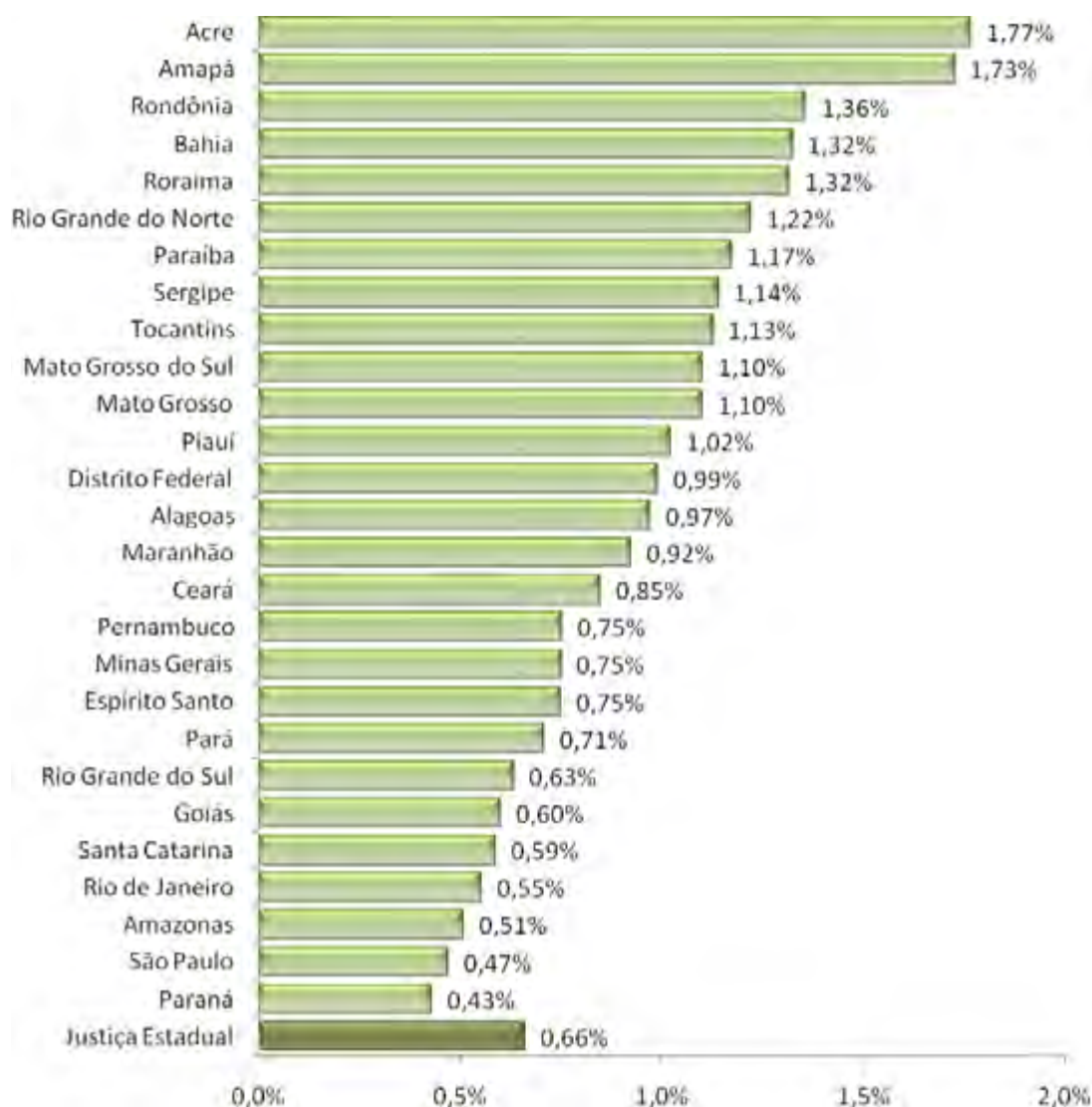
$$G_1 = \frac{DPJ}{PIB}$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 15 de 2006:

• **Dpj – Despesa Total da Justiça:** Despesas efetivamente realizadas, considerando como despesa realizada, o orçamento liquidado no período-base (ano ou semestre) pelo Tribunal, excluídos os gastos com precatórios judiciais e requisições de pequeno valor (RPV) e despesas de exercícios anteriores no período-base (ano ou semestre).

• **PIB – Produto Interno Bruto:** Representa a soma, em valores monetários, de todos os bens e serviços finais produzidos em uma região durante um período determinado. Metodologia de Estimção: é utilizada uma metodologia de estimção a partir das estimativas de crescimento do PIB, e do próprio PIB disponibilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na estimção mantém-se constante ao longo dos anos a participação dos estados no PIB.

Gráfico 3.1 - Despesa Total da Justiça Estadual relação ao PIB Estadual



1.2. Despesa Total da Justiça Estadual em relação à Despesa Pública

Tabela 3.2. - Despesa Total da Justiça Estadual em relação à Despesa Pública

Tribunal de Justiça	DPJ	GT	G2
	Despesa Total da Justiça (em R\$)	Gastos Totais do Estado (em R\$)	Despesa da Justiça sobre Gastos Totais
Acre	104.093.279	2.419.620.109	4,3%
Alagoas	186.364.103	3.941.138.334	4,7%
Amapá	110.764.202	2.062.557.302	5,4%
Amazonas	243.140.596	6.923.805.395	3,5%
Bahia	1.559.054.022	18.592.105.585	8,4%
Ceará	478.370.600	9.810.747.682	4,9%
Distrito Federal	1.082.473.859	8.944.909.345	12,1%
Espírito Santo	481.538.219	9.867.790.192	4,9%
Goiás	418.391.720	10.477.489.625	4,0%
Maranhão	322.038.070	5.718.779.673	5,6%
Mato Grosso	473.394.684	7.151.551.665	6,6%
Mato Grosso do Sul	327.063.612	5.824.922.418	5,6%
Minas Gerais	1.967.147.078	35.627.462.439	5,5%
Pará	383.093.670	8.360.961.305	4,6%
Paraíba	285.362.402	4.923.905.104	5,8%
Paraná	714.906.698	17.520.349.005	4,1%
Pernambuco	509.812.355	12.595.242.600	4,0%
Piauí	159.446.340	4.141.796.941	3,8%
Rio de Janeiro	1.857.962.992	39.147.352.207	4,7%
Rio Grande do Norte	306.188.311	5.620.738.285	5,4%
Rio Grande do Sul	1.212.198.824	22.200.385.621	5,5%
Rondônia	217.134.206	3.274.111.378	6,6%
Roraima	58.767.472	1.627.448.572	3,6%
Santa Catarina	669.058.775	9.747.194.957	6,9%
São Paulo	4.597.543.991	105.526.797.219	4,4%
Sergipe	210.381.324	3.766.735.942	5,6%
Tocantins	132.104.435	3.594.887.708	3,7%
<b>Justiça Estadual</b>	<b>19.067.795.839</b>	<b>369.410.786.608</b>	<b>5,2%</b>

**Indicador:**

**G<sub>2</sub> – Percentual da Despesa Total da Justiça Estadual em relação à Despesa Pública (dos Estados).**

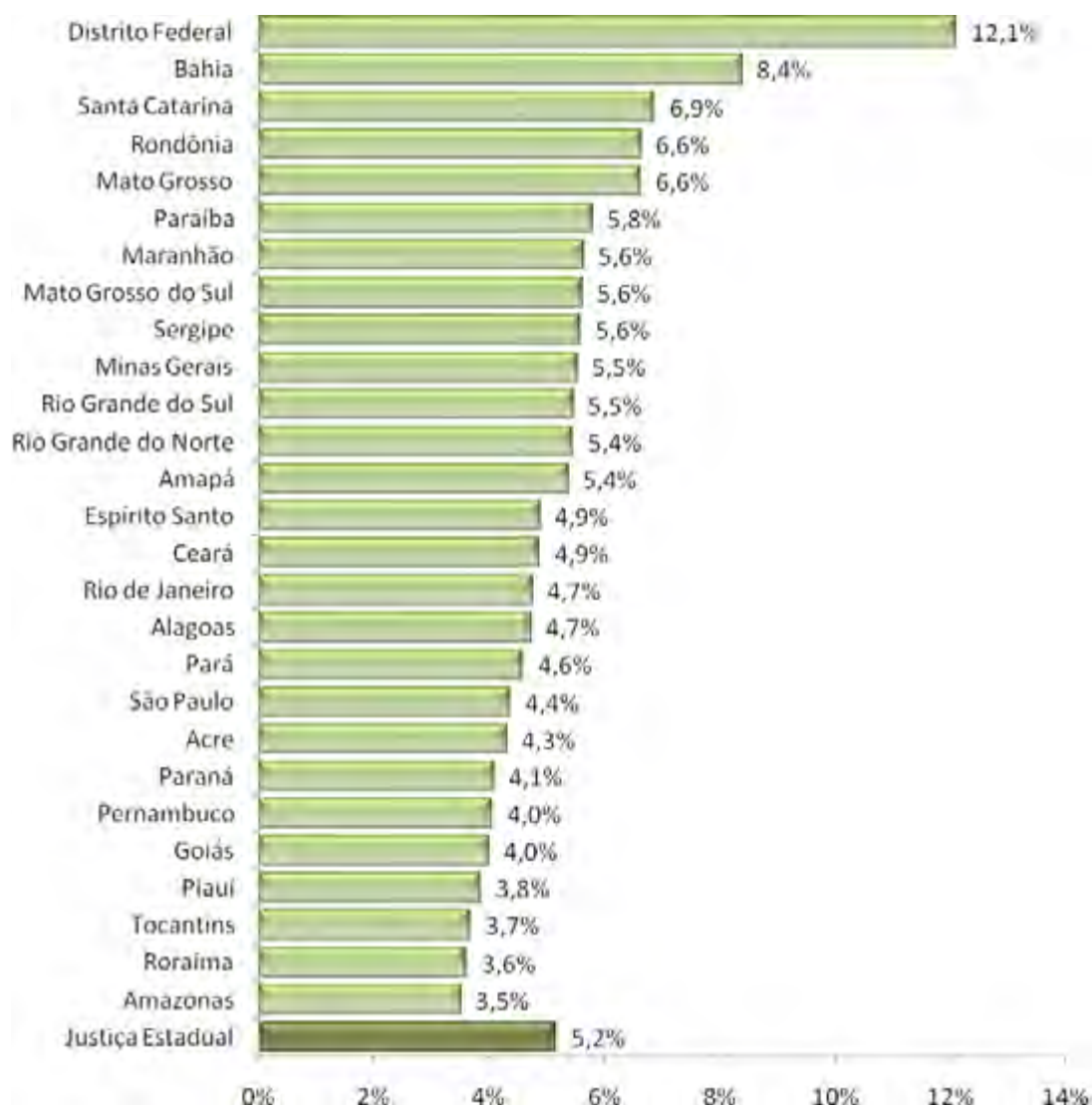
$$G_2 = \frac{DPJ}{GT}$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 15 de 2006:

• **Dpj – Despesa Total da Justiça:** Despesas efetivamente realizadas, considerando como despesa realizada, o orçamento liquidado no período-base (ano ou semestre) pelo Tribunal, excluídos os gastos com precatórios judiciais e requisições de pequeno valor (RPV) e despesas de exercícios anteriores no período-base (ano ou semestre).

• **GT – Gastos Totais: refere-se à Despesa Pública Estadual:** refere-se à Despesa Pública Estadual: Os valores são obtidos no relatório publicado pelo Tesouro Nacional. Os gastos de 2008 foram estimados com base no comportamento na série histórica (não consta na resolução).

Gráfico 3.2 - Despesa Total da Justiça Estadual em relação à Despesa Pública



1.3. Despesa com Pessoal e com Bens e Serviços em relação à Despesa Total

Tabela 3.3. - Despesa com Pessoal e com Bens e Serviços em relação à Despesa Total

Tribunal de Justiça	DPJ	Prh	Bs	G3	G4
	Despesa Total da Justiça (em R\$)	Despesa com Pessoal (em R\$)	Despesa com Bens e Serviços (em R\$)	Percentual de Gastos com Pessoal	Percentual de Gastos com Bens e Serviços
Acre	104.093.279	90.767.513	13.325.766	87,2%	12,8%
Alagoas	186.364.103	165.033.447	21.330.656	88,6%	11,4%
Amapá	110.764.202	91.271.008	19.493.194	82,4%	17,6%
Amazonas	243.140.596	224.695.968	18.444.628	92,4%	7,6%
Bahia	1.559.054.022	870.814.101	688.239.921	55,9%	44,1%
Ceará	478.370.600	437.171.045	41.199.555	91,4%	8,6%
Distrito Federal	1.082.473.859	1.046.720.594	35.753.265	96,7%	3,3%
Espírito Santo	481.538.219	427.488.469	54.049.750	88,8%	11,2%
Goiás	418.391.720	385.559.295	32.832.426	92,2%	7,8%
Maranhão	322.038.070	285.891.995	36.146.075	88,8%	11,2%
Mato Grosso	473.394.684	378.504.482	94.890.202	80,0%	20,0%
Mato Grosso do Sul	327.063.612	279.105.578	47.958.034	85,3%	14,7%
Minas Gerais	1.967.147.078	1.855.332.152	111.814.926	94,3%	5,7%
Pará	383.093.670	333.798.361	49.295.309	87,1%	12,9%
Paraíba	285.362.402	248.593.351	36.769.051	87,1%	12,9%
Paraná	714.906.698	640.563.664	74.343.034	89,6%	10,4%
Pernambuco	509.812.355	448.329.635	61.482.720	87,9%	12,1%
Piauí	159.446.340	157.781.610	2.458.280	99,0%	1,5%
Rio de Janeiro	1.857.962.992	1.671.736.107	186.226.885	90,0%	10,0%
Rio Grande do Norte	306.188.311	229.126.404	77.061.907	74,8%	25,2%
Rio Grande do Sul	1.212.198.824	1.139.581.981	72.616.843	94,0%	6,0%
Rondônia	217.134.206	197.904.418	19.229.788	91,1%	8,9%
Roraima	58.767.472	48.348.060	10.419.412	82,3%	17,7%
Santa Catarina	669.058.775	605.752.659	63.306.116	90,5%	9,5%
São Paulo	4.597.543.991	4.220.112.928	377.431.063	91,8%	8,2%
Sergipe	210.381.324	147.434.456	62.946.869	70,1%	29,9%
Tocantins	132.104.435	107.902.264	24.202.171	81,7%	18,3%
<b>Justiça Estadual</b>	<b>19.067.795.839</b>	<b>16.735.321.546</b>	<b>2.333.267.843</b>	<b>87,8%</b>	<b>12,2%</b>

**Indicadores:**

**G<sub>3</sub>** – Percentual gasto com recursos humanos da despesa total da Justiça.

**G<sub>4</sub>** – Percentual gasto com bens e serviços da despesa total da Justiça.

$$G_3 = \frac{P_{rh}}{D_{pj}} \quad \text{e} \quad G_4 = \frac{B_s}{D_{pj}}$$

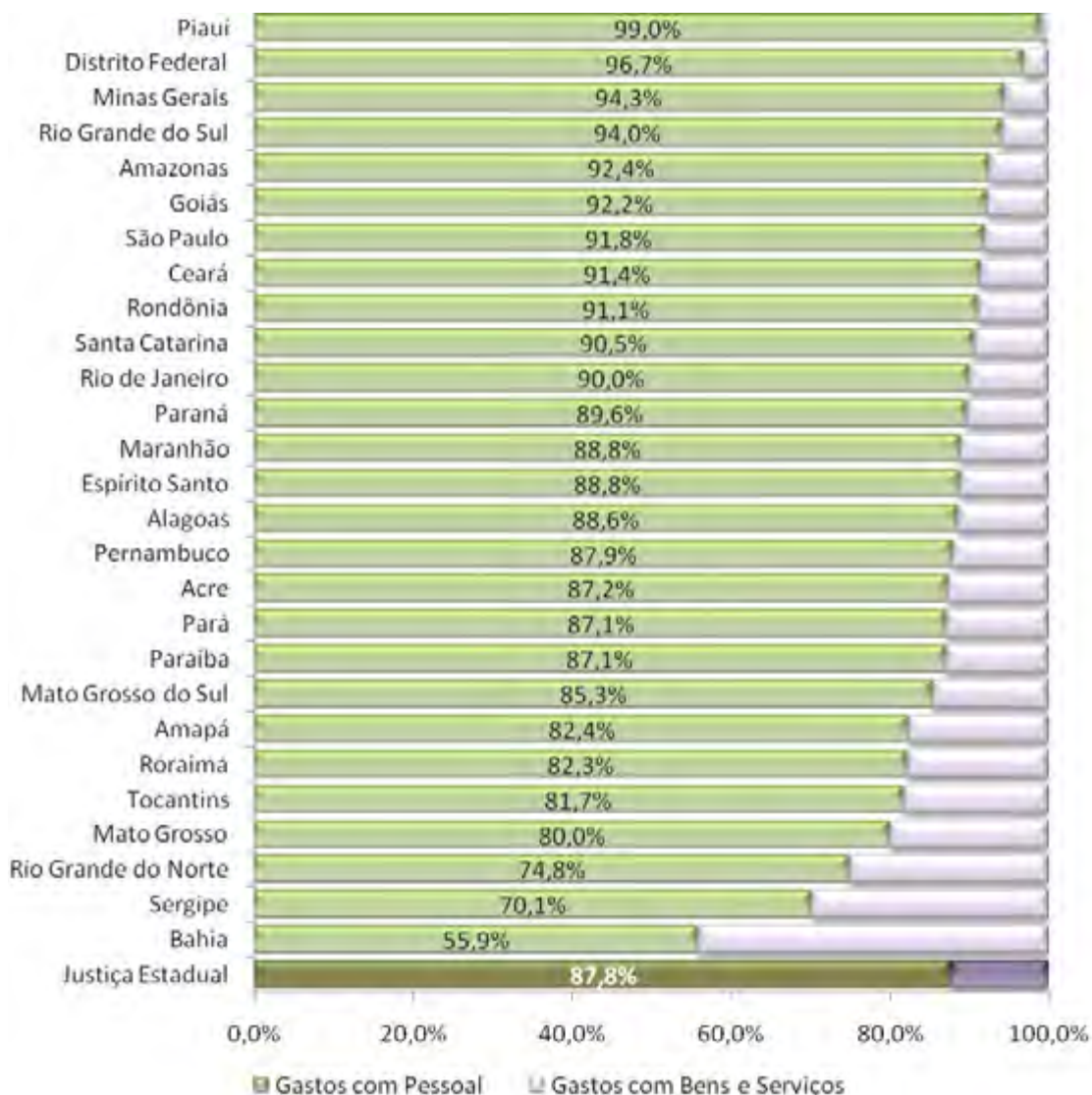


Definição das Variáveis conforme Resolução nº 15 de 2006:

• **P<sub>rh</sub> – Despesa com Pessoal:** Todas as despesas relacionadas a recursos humanos, independentemente da nomenclatura adotada (gratificação, adicional, diárias, passagens, representação, verba de gabinete, etc.), tanto para servidores ativos quanto para inativos e instituidores de pensão, servidores que não integram o quadro efetivo e terceirizados (inclusive estagiários), pagas a conta dos recursos consignados ao Tribunal no orçamento do Estado no período-base (ano ou semestre), excluídas as despesas de exercícios anteriores.

• **B<sub>s</sub> - Despesa com Bens e Serviços:** Todas as despesas com outros custeios e de capital, excluídas as despesas relativas à pessoal (P<sub>rh</sub>) e despesas de exercícios anteriores, pagas a conta dos recursos consignados ao Tribunal no orçamento do Estado no período-base (ano ou semestre).

Gráfico 3.3 – Despesa com Pessoal e com Bens e Serviços em relação à Despesa Total





1.4. Despesa com Pessoal e Encargos e Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total

Tabela 3.4 - Despesa com Pessoal e Encargos e Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total

Tribunal de Justiça	DPJ	Pe	Cca	G5	G6
	Despesa Total da Justiça (em R\$)	Despesa com Pessoal e Encargos (em R\$)	Despesa com Custeio e Capital (em R\$)	Percentual de Gastos com Pessoal e Encargos	Percentual de Despesa com Custeio e Capital
Acre	104.093.279	79.958.563	24.134.716	76,8%	23,2%
Alagoas	186.364.103	161.814.951	24.549.152	86,8%	13,2%
Amapá	110.764.202	90.057.883	20.706.319	81,3%	18,7%
Amazonas	243.140.596	191.799.729	51.340.867	78,9%	21,1%
Bahia	1.559.054.022	817.502.723	741.551.299	52,4%	47,6%
Ceará	478.370.600	420.915.965	57.454.635	88,0%	12,0%
Distrito Federal	1.082.473.859	955.042.335	127.431.524	88,2%	11,8%
Espírito Santo	481.538.219	383.121.663	98.416.557	79,6%	20,4%
Goiás	418.391.720	370.438.339	47.953.382	88,5%	11,5%
Maranhão	322.038.070	281.939.942	40.098.128	87,5%	12,5%
Mato Grosso	473.394.684	376.225.236	97.169.448	79,5%	20,5%
Mato Grosso do Sul	327.063.612	237.368.598	89.695.015	72,6%	27,4%
Minas Gerais	1.967.147.078	1.656.996.427	310.150.651	84,2%	15,8%
Pará	383.093.670	315.009.169	68.084.501	82,2%	17,8%
Paraíba	285.362.402	222.475.040	62.887.363	78,0%	22,0%
Paraná	714.906.698	620.390.248	94.516.450	86,8%	13,2%
Pernambuco	509.812.355	402.671.946	107.140.410	79,0%	21,0%
Piauí	159.446.340	150.076.511	83.713.439	94,1%	52,5%
Rio de Janeiro	1.857.962.992	1.401.053.375	456.909.617	75,4%	24,6%
Rio Grande do Norte	306.188.311	191.795.919	114.392.393	62,6%	37,4%
Rio Grande do Sul	1.212.198.824	1.060.630.852	151.567.972	87,5%	12,5%
Rondônia	217.134.206	175.149.071	41.985.135	80,7%	19,3%
Roraima	58.767.472	44.752.150	35.983.438	76,2%	61,2%
Santa Catarina	669.058.775	540.543.681	128.515.094	80,8%	19,2%
São Paulo	4.597.543.991	3.913.109.193	684.434.798	85,1%	14,9%
Sergipe	210.381.324	169.893.042	40.488.282	80,8%	19,2%
Tocantins	132.104.435	98.654.484	33.449.951	74,7%	25,3%
<b>Justiça Estadual</b>	<b>19.067.795.839</b>	<b>15.329.387.031</b>	<b>3.834.720.534</b>	<b>80,4%</b>	<b>20,1%</b>

**Indicadores:**

**G<sub>5</sub>** – Percentual gasto com pessoal e encargos da despesa total da Justiça.

**G<sub>6</sub>** – Percentual gasto com custeio e capital da despesa total da Justiça.

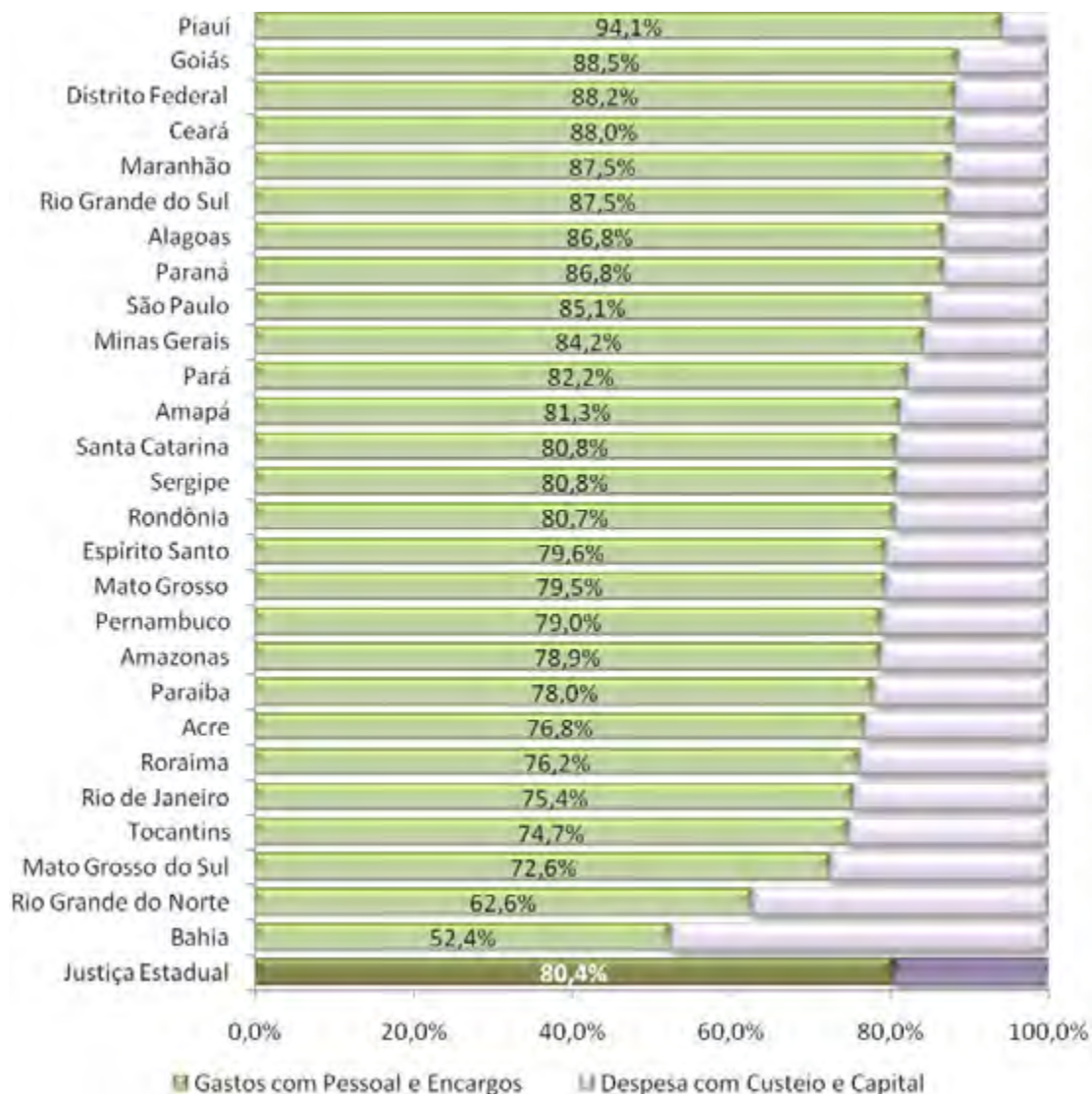
$$G_5 = \frac{P_E}{D_{pj}} \quad e \quad G_6 = \frac{C_{CA}}{D_{pj}}$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 15 de 2006:

• **P<sub>e</sub> - Despesa com Pessoal e Encargos:** Todas as despesas de índole remuneratória para os servidores ativos e inativos do quadro permanente, excluídas as despesas de exercícios anteriores, pagas a conta dos recursos consignados ao Tribunal no orçamento do Estado no período-base (ano ou semestre).

• **C<sub>ca</sub> - Despesa com Custeio e Capital:** Todas as despesas com custeio e capital, incluídas as despesas relativas a pessoal e a encargos dos servidores que não integram o quadro permanente, pagas a conta dos recursos consignados ao Tribunal no orçamento do Estado no período-base (ano ou semestre), excluídas as despesas de exercícios anteriores.

Gráfico 3.4 – Despesa com Pessoal e Encargos e Despesa com Custeio e Capital em relação à Despesa Total



1.5. Despesa Total da Justiça Estadual por Habitante

Tabela 3.5 - Despesa Total da Justiça Estadual por Habitante

Tribunal de Justiça	DPJ	h1	G7
	Despesa Total da Justiça (em R\$)	Número de Habitantes	Despesa da Justiça por Habitante
Acre	104.093.279	680.073	R\$ 153,06
Alagoas	186.364.103	3.127.557	R\$ 59,59
Amapá	110.764.202	613.164	R\$ 180,64
Amazonas	243.140.596	3.341.096	R\$ 72,77
Bahia	1.559.054.022	14.502.575	R\$ 107,50
Ceará	478.370.600	8.450.527	R\$ 56,61
Distrito Federal	1.082.473.859	2.557.158	R\$ 423,31
Espírito Santo	481.538.219	3.453.648	R\$ 139,43
Goiás	418.391.720	5.844.996	R\$ 71,58
Maranhão	322.038.070	6.305.539	R\$ 51,07
Mato Grosso	473.394.684	2.957.732	R\$ 160,05
Mato Grosso do Sul	327.063.612	2.336.058	R\$ 140,01
Minas Gerais	1.967.147.078	19.850.072	R\$ 99,10
Pará	383.093.670	7.321.493	R\$ 52,32
Paraíba	285.362.402	3.742.606	R\$ 76,25
Paraná	714.906.698	10.590.169	R\$ 67,51
Pernambuco	509.812.355	8.734.194	R\$ 58,37
Piauí	159.446.340	3.119.697	R\$ 51,11
Rio de Janeiro	1.857.962.992	15.872.362	R\$ 117,06
Rio Grande do Norte	306.188.311	3.106.430	R\$ 98,57
Rio Grande do Sul	1.212.198.824	10.855.214	R\$ 111,67
Rondônia	217.134.206	1.493.566	R\$ 145,38
Roraima	58.767.472	412.783	R\$ 142,37
Santa Catarina	669.058.775	6.052.587	R\$ 110,54
São Paulo	4.597.543.991	41.011.635	R\$ 112,10
Sergipe	210.381.324	1.999.374	R\$ 105,22
Tocantins	132.104.435	1.280.509	R\$ 103,17
<b>Justiça Estadual</b>	<b>19.067.795.839</b>	<b>189.612.814</b>	<b>R\$ 100,56</b>

**Indicador:**

**G<sub>7</sub> – Valor da despesa total realizada pela Justiça por habitante.**

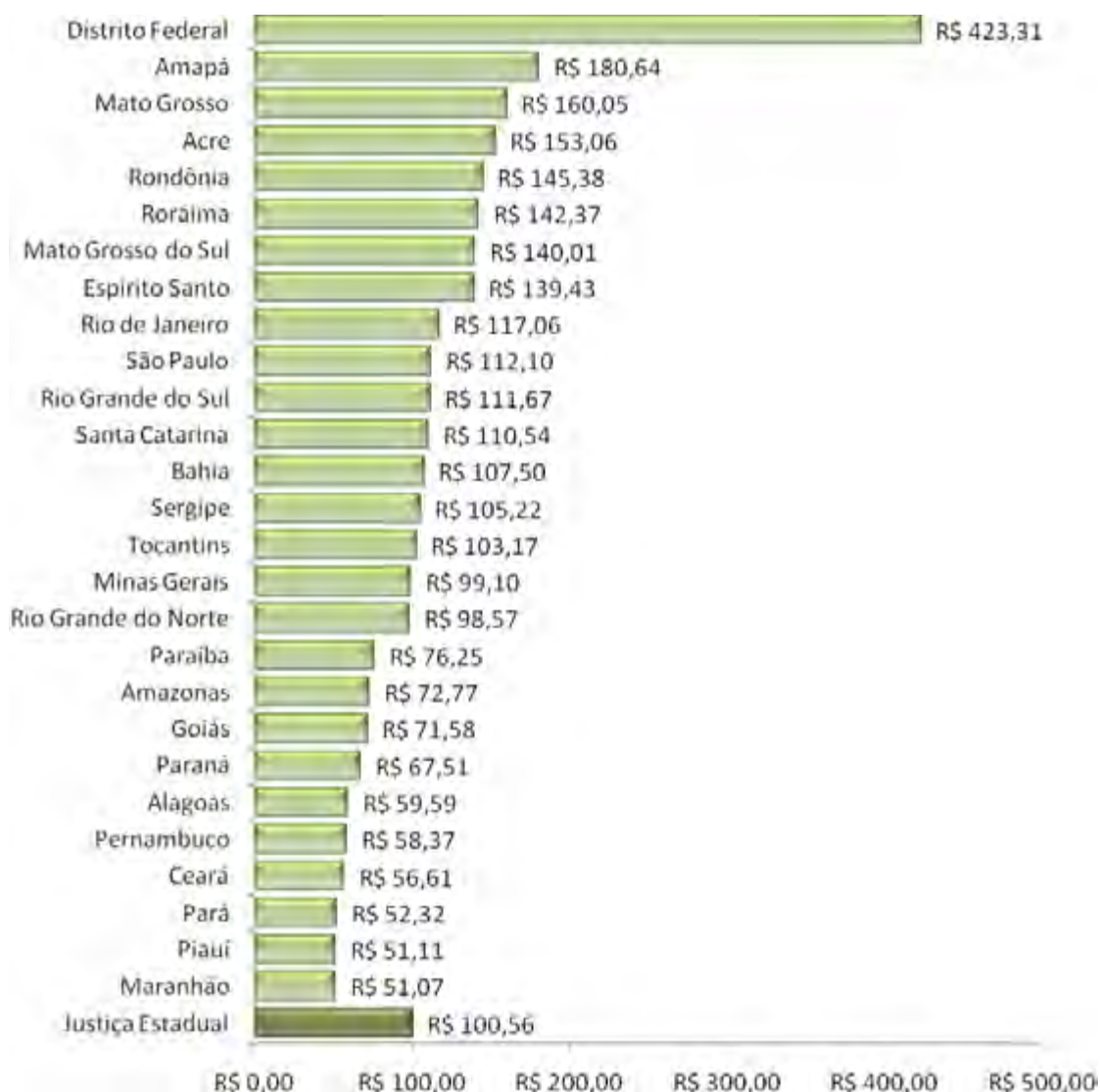
$$G_7 = \frac{D_{pj}}{h_1}$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 15 de 2006:

• **Dpj – Despesa Total da Justiça:** Despesas efetivamente realizadas, considerando como despesa realizada, o orçamento liquidado no período-base (ano ou semestre) pelo Tribunal, excluídos os gastos com precatórios judiciais e requisições de pequeno valor (RPV) e despesas de exercícios anteriores no período-base (ano ou semestre).

• **h<sub>1</sub> – Número de Habitantes:** Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o que estabelece o Artigo 102, da Lei nº 8.443 de 1992, o IBGE passou a publicar no Diário Oficial da União, até 31 de agosto de cada ano, a relação das estimativas populacionais anuais para estados e municípios (não consta na resolução).

Gráfico 3.5 – Despesa Total da Justiça Estadual por Habitante



1.6. Magistrados da Justiça Estadual por cem mil Habitantes

Tabela 3.6 - Magistrados da Justiça Estadual por cem mil Habitantes

<b>Tribunal de Justiça</b>	<b>Mag</b> Nº de Magistrados	<b>h2</b> Nº de Habitantes (por cem mil)	<b>G8</b> Magistrados por cem mil habitantes
Acre	42	7	6,2
Alagoas	144	31	4,6
Amapá	68	6	11,1
Amazonas	210	33	6,3
Bahia	603	145	4,2
Ceará	374	85	4,4
Distrito Federal	287	26	11,2
Espírito Santo	446	35	12,9
Goiás	338	58	5,8
Maranhão	256	63	4,1
Mato Grosso	254	30	8,6
Mato Grosso do Sul	192	23	8,2
Minas Gerais	990	199	5,0
Pará	292	73	4,0
Paraíba	242	37	6,5
Paraná	715	106	6,8
Pernambuco	463	87	5,3
Piauí	141	31	4,5
Rio de Janeiro	877	159	5,5
Rio Grande do Norte	225	31	7,2
Rio Grande do Sul	791	109	7,3
Rondônia	137	15	9,2
Roraima	35	4	8,5
Santa Catarina	432	61	7,1
São Paulo	2.291	410	5,6
Sergipe	134	20	6,7
Tocantins	129	13	10,1
<b>Justiça Estadual</b>	<b>11.108</b>	<b>1.896</b>	<b>5,9</b>

**Indicador:**

**G<sub>8</sub> – Quantidade de Magistrados por cem mil habitantes.**

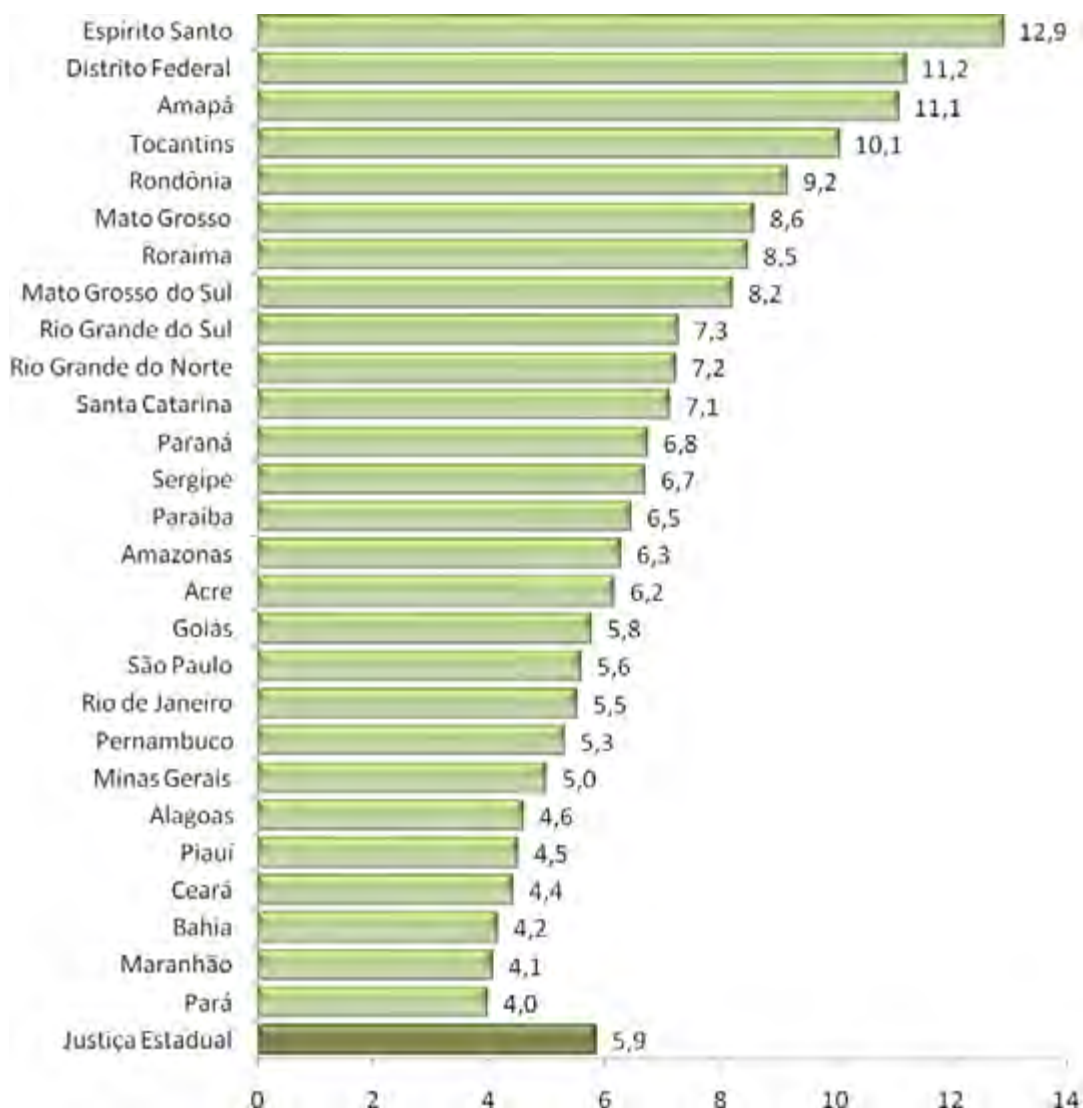
$$G_8 = \frac{Mag}{h_2}$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 15 de 2006:

• **Mag - Número total de Magistrados do Estado:** Número de cargos criados de Magistrados nos Tribunais (2º Grau) e o número de cargos providos no 1º Grau, inclusive nos Juizados Especiais, até o final do período-base (ano ou semestre).

• **h<sub>2</sub> – Número de Habitantes dividido por 100.000:** Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o que estabelece o Artigo 102, da Lei nº 8.443 de 1992, o IBGE passou a publicar no Diário Oficial da União, até 31 de agosto de cada ano, a relação das estimativas populacionais anuais para estados e municípios (não consta na resolução).

Gráfico 3.6 – Magistrados da Justiça Estadual por cem mil Habitantes





1.7. Pessoal Auxiliar da Justiça Estadual por cem mil Habitantes

Tabela 3.7 - Pessoal Auxiliar da Justiça Estadual por cem mil Habitantes

Tribunal de Justiça	Paux	h2	G9
	Total de Pessoal Auxiliar	Nº de Habitantes (por cem mil)	Pessoal auxiliar por cem mil habitantes
Acre	1.501	7	220,7
Alagoas	2.388	31	76,4
Amapá	800	6	130,5
Amazonas	1.939	33	58,0
Bahia	11.781	145	81,2
Ceará	4.681	85	55,4
Distrito Federal	6.972	26	272,6
Espírito Santo	5.393	35	156,2
Goiás	5.331	58	91,2
Maranhão	4.508	63	71,5
Mato Grosso	5.319	30	179,8
Mato Grosso do Sul	3.963	23	169,6
Minas Gerais	23.597	199	118,9
Pará	3.656	73	49,9
Paraíba	4.117	37	110,0
Paraná	6.847	106	64,7
Pernambuco	8.087	87	92,6
Piauí	939	31	30,1
Rio de Janeiro	25.443	159	160,3
Rio Grande do Norte	3.806	31	122,5
Rio Grande do Sul	13.373	109	123,2
Rondônia	2.371	15	158,7
Roraima	824	4	199,6
Santa Catarina	7.717	61	127,5
São Paulo	55.727	410	135,9
Sergipe	3.045	20	152,3
Tocantins	1.744	13	136,2
<b>Justiça Estadual</b>	<b>215.869</b>	<b>1.896</b>	<b>113,8</b>

**Indicador:**

**G<sub>9</sub> – Quantidade de pessoal auxiliar por cem mil habitantes.**

$$G_9 = \frac{Paux}{h_2}$$

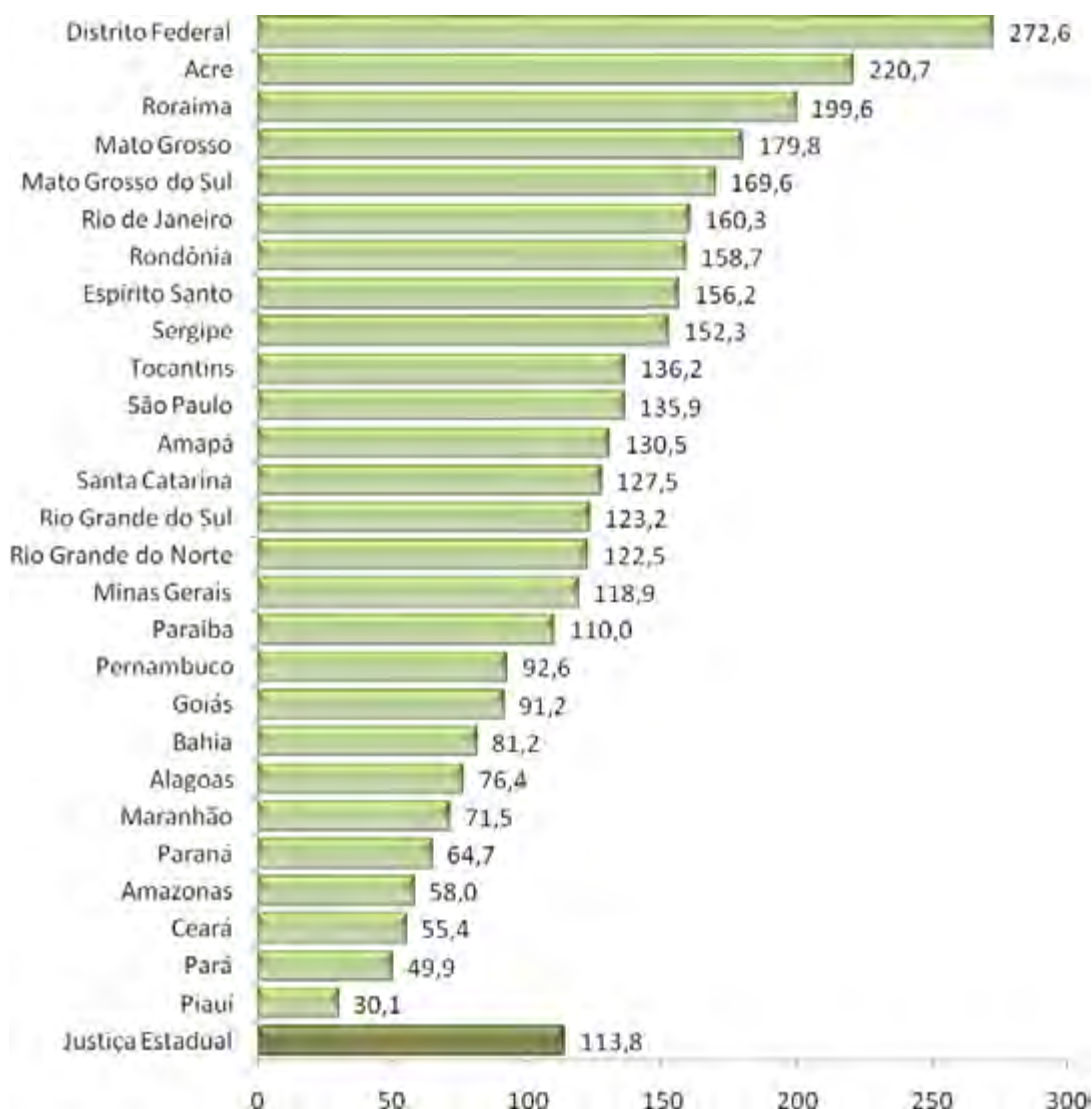


Definição das Variáveis conforme Resolução nº 15 de 2006:

- **Paux - Total de Pessoal auxiliar:** Número total de servidores ativos do quadro permanente, incluindo os requisitados e os sem vínculo efetivo, ocupantes exclusivamente de cargos em comissão e funções gratificadas, os conciliadores, os juízes leigos, os terceirizados e os estagiários, bem como os vinculados à contratação temporária de mão-de-obra no final período-base (ano ou semestre).

- **h<sub>2</sub> – Número de Habitantes dividido por 100.000:** Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o que estabelece o Artigo 102, da Lei nº 8.443 de 1992, o IBGE passou a publicar no Diário Oficial da União, até 31 de agosto de cada ano, a relação das estimativas populacionais anuais para estados e municípios (não consta na resolução).

Gráfico 3.7 – Pessoal Auxiliar da Justiça Estadual por cem mil Habitantes



1.8. Pessoal do Quadro Efetivo da Justiça Estadual por cem mil Habitantes

Tabela 3.8 - Pessoal do Quadro Efetivo da Justiça Estadual por cem mil Habitantes

Tribunal de Justiça	Pap	h2	G10
	Total de Pessoal Auxiliar do Quadro Efetivo	Nº de Habitantes (por cem mil)	Pessoal Efetivo por cem mil habitantes
Acre	1.025	7	150,7
Alagoas	1.060	31	33,9
Amapá	559	6	91,2
Amazonas	1.428	33	42,7
Bahia	9.619	145	66,3
Ceará	2.804	85	33,2
Distrito Federal	4.939	26	193,1
Espírito Santo	3.033	35	87,8
Goiás	3.665	58	62,7
Maranhão	2.657	63	42,1
Mato Grosso	3.114	30	105,3
Mato Grosso do Sul	3.013	23	129,0
Minas Gerais	13.443	199	67,7
Pará	1.906	73	26,0
Paraíba	2.492	37	66,6
Paraná	3.777	106	35,7
Pernambuco	3.775	87	43,2
Piauí	1.287	31	41,3
Rio de Janeiro	15.349	159	96,7
Rio Grande do Norte	2.022	31	65,1
Rio Grande do Sul	6.715	109	61,9
Rondônia	1.958	15	131,1
Roraima	488	4	118,2
Santa Catarina	4.333	61	71,6
São Paulo	43.994	410	107,3
Sergipe	2.098	20	104,9
Tocantins	1.331	13	103,9
<b>Justiça Estadual</b>	<b>141.884</b>	<b>1.896</b>	<b>74,8</b>

**Indicador:**

**G<sub>10</sub> – Quantidade de pessoal do quadro efetivo por cem mil habitantes.**

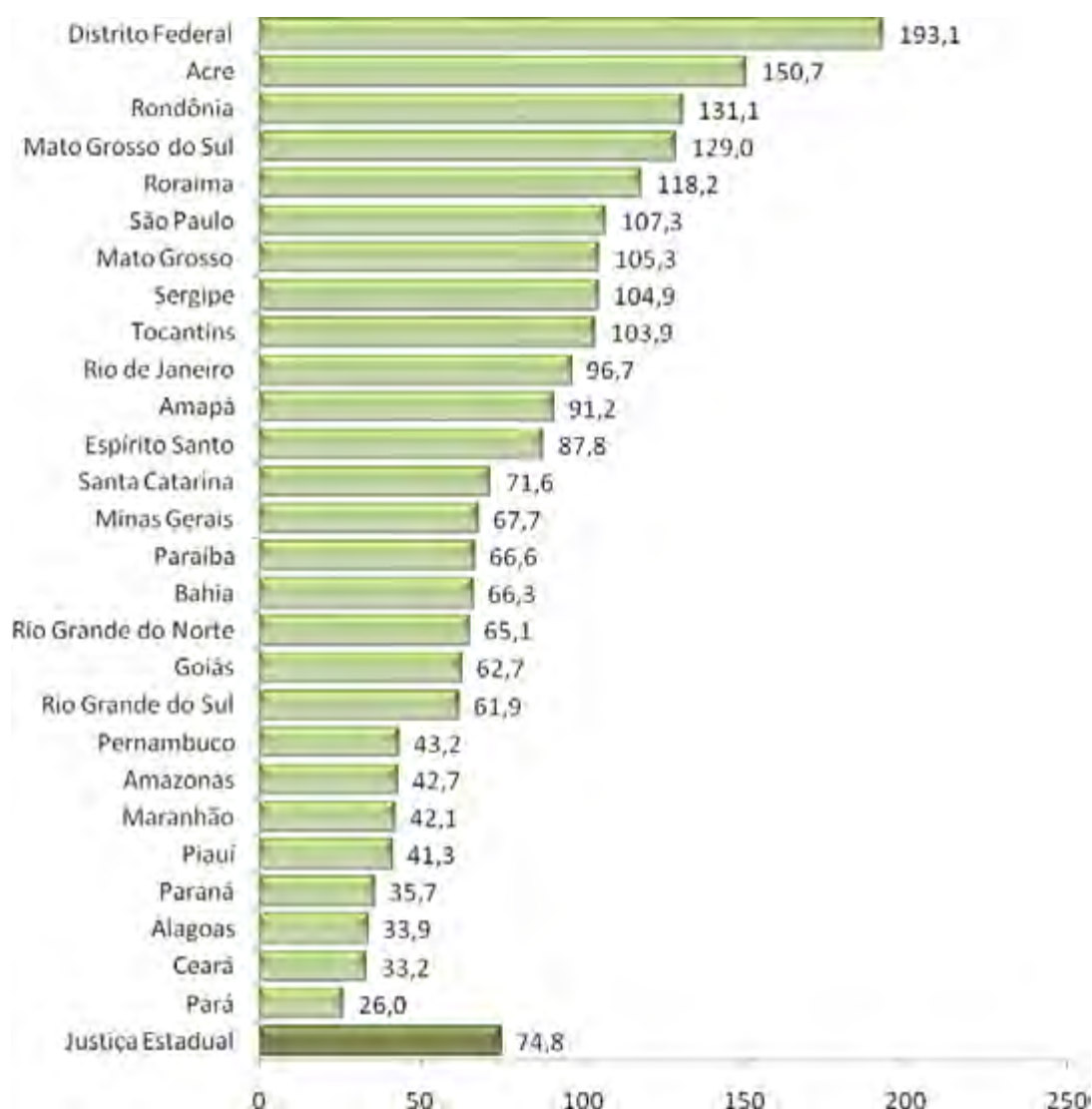
$$G_{10} = \frac{Pap}{h_2}$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 15 de 2006:

- **Pap** - Total de pessoal auxiliar do Quadro Efetivo: Número total de servidores ativos do quadro permanente, ocupantes de cargo de provimento efetivo no final período-base (ano ou semestre).

- **h<sub>2</sub> – Número de Habitantes dividido por 100.000**: Número de habitantes baseado nas estimativas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). De acordo com o que estabelece o Artigo 102, da Lei nº 8.443 de 1992, o IBGE passou a publicar no Diário Oficial da União, até 31 de agosto de cada ano, a relação das estimativas populacionais anuais para estados e municípios (não consta na resolução).

Gráfico 3.8 – Pessoal do Quadro Efetivo da Justiça Estadual por cem mil Habitantes



1.9. Valores Recolhidos sobre a Despesa Total da Justiça Estadual

Tabela 3.9 - Valores Recolhidos sobre Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	T	DPJ	I1
	Custas e Recolhimentos Diversos (em R\$)	Despesa Total da Justiça (em R\$)	T / DPJ
Acre	4.526.125	104.093.279	4,3%
Alagoas	13.041.250	186.364.103	7,0%
Amapá	2.571.701	110.764.202	2,3%
Amazonas	12.869.489	243.140.596	5,3%
Bahia	177.208.957	1.559.054.022	11,4%
Ceará	45.030.563	478.370.600	9,4%
Distrito Federal	16.182.621	1.082.473.859	1,5%
Espírito Santo	49.660.237	481.538.219	10,3%
Goiás	98.055.296	418.391.720	23,4%
Maranhão	27.926.788	322.038.070	8,7%
Mato Grosso	66.592.622	473.394.684	14,1%
Mato Grosso do Sul	55.047.054	327.063.612	16,8%
Minas Gerais	388.374.176	1.967.147.078	19,7%
Pará	36.703.424	383.093.670	9,6%
Paraíba	28.106.623	285.362.402	9,8%
Paraná	104.172.551	714.906.698	14,6%
Pernambuco	70.409.042	509.812.355	13,8%
Piauí	9.820.932	159.446.340	6,2%
Rio de Janeiro	539.545.597	1.857.962.992	29,0%
Rio Grande do Norte	14.470.340	306.188.311	4,7%
Rio Grande do Sul	153.051.100	1.212.198.824	12,6%
Rondônia	25.125.214	217.134.206	11,6%
Roraima	520.046	58.767.472	0,9%
Santa Catarina	92.537.323	669.058.775	13,8%
São Paulo	1.256.203.449	4.597.543.991	27,3%
Sergipe	8.953.420	210.381.324	4,3%
Tocantins	3.572.202	132.104.435	2,7%
<b>Justiça Estadual</b>	<b>3.300.278.142</b>	<b>19.067.795.839</b>	<b>17,3%</b>

**Indicador:**

I<sub>1</sub> – Percentual do total arrecadado com Custas e Recolhimentos Diversos em relação à despesa total da Justiça.

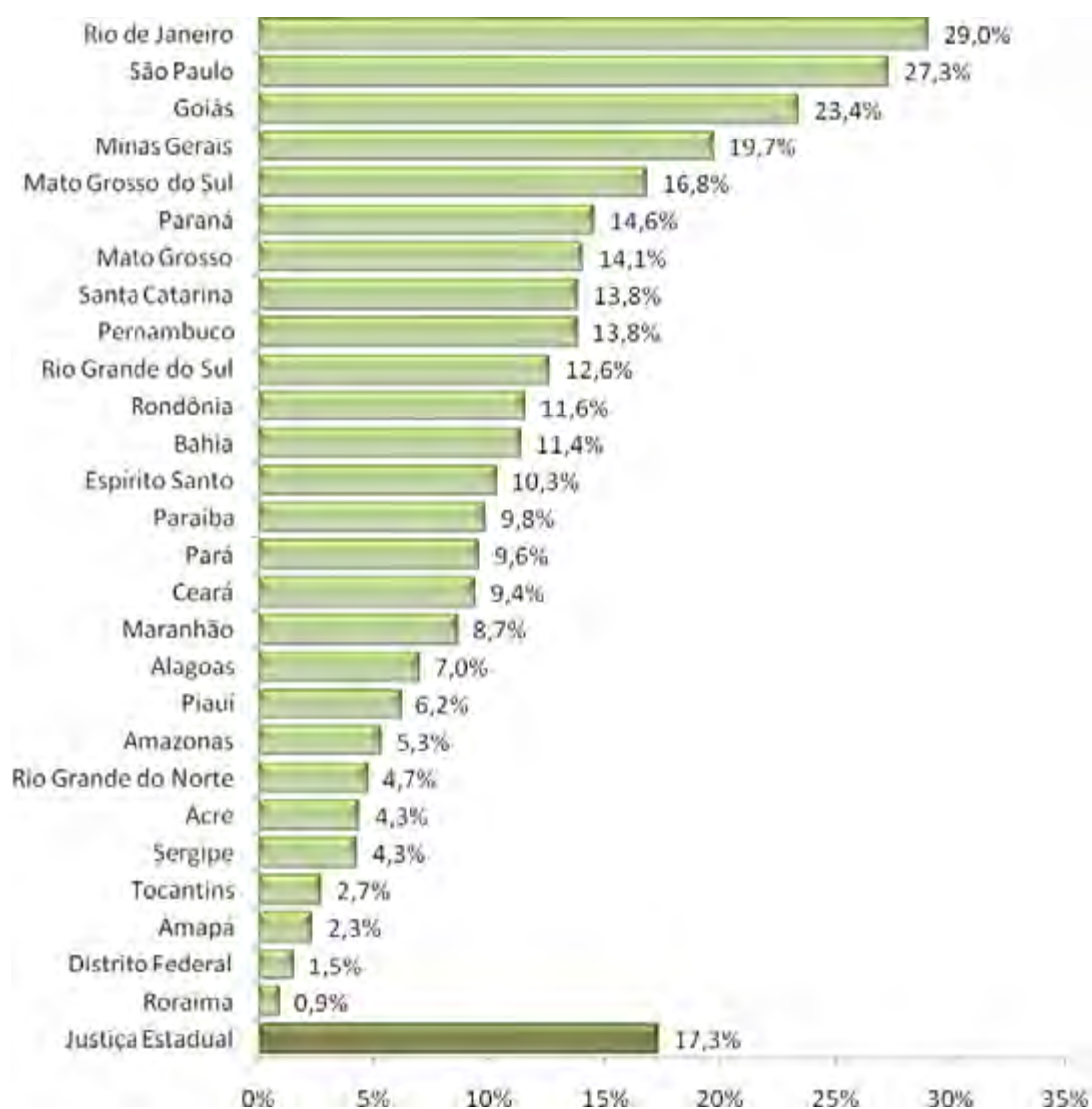
$$I_1 = \frac{T}{Dpj}$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 15 de 2006:

• **T - Custas e Recolhimentos Diversos:** Todos os valores arrecadados pela Justiça Estadual, inclusive nos Juizados Especiais, tais como taxas, custas, emolumentos, alvarás, certidões e fotocópias, excetuados os valores arrecadados em execução fiscal no período-base (ano ou semestre).

• **Dpj – Despesa Total da Justiça:** Despesas efetivamente realizadas, considerando como despesa realizada, o orçamento liquidado no período-base (ano ou semestre) pelo Tribunal, excluídos os gastos com precatórios judiciais e requisições de pequeno valor (RPV) e despesas de exercícios anteriores no período-base (ano ou semestre).

Gráfico 3.9 – Valores Recolhidos sobre Despesa Total da Justiça Estadual



1.10. Receitas decorrentes de Execução Fiscal Sobre a Despesa Total

Tabela 3.10 - Receitas Decorrentes de Execução Fiscal Sobre a Despesa Total da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	I Receitas de Execução Fiscal (em R\$)	DPJ Despesa Total da Justiça (em R\$)	I2 I / DPJ
Acre	5.928.179	104.093.279	5,7%
Alagoas	5.667.436	186.364.103	3,0%
Amapá	Indisponível	110.764.202	Indisponível
Amazonas	9.452.515	243.140.596	3,9%
Bahia	21.373.773	1.559.054.022	1,4%
Ceará	10.284.606	478.370.600	2,1%
Distrito Federal	Indisponível	1.082.473.859	Indisponível
Espírito Santo	Indisponível	481.538.219	Indisponível
Goiás	Indisponível	418.391.720	Indisponível
Maranhão	355.860.317	322.038.070	110,5%
Mato Grosso	Indisponível	473.394.684	Indisponível
Mato Grosso do Sul	237.942	327.063.612	0,1%
Minas Gerais	643.483.222	1.967.147.078	32,7%
Pará	24.331.608	383.093.670	6,4%
Paraíba	Indisponível	285.362.402	Indisponível
Paraná	184.546.048	714.906.698	25,8%
Pernambuco	70.155.973	509.812.355	13,8%
Piauí	Indisponível	159.446.340	Indisponível
Rio de Janeiro	267.718.128	1.857.962.992	14,4%
Rio Grande do Norte	6.376.311	306.188.311	2,1%
Rio Grande do Sul	77.409.877	1.212.198.824	6,4%
Rondônia	36.341.097	217.134.206	16,7%
Roraima	Indisponível	58.767.472	Indisponível
Santa Catarina	11.927.514	669.058.775	1,8%
São Paulo	1.044.153	4.597.543.991	0,0%
Sergipe	Indisponível	210.381.324	Indisponível
Tocantins	132.465.264	132.104.435	100,3%
<b>Justiça Estadual</b>	<b>1.864.603.964</b>	<b>19.067.795.839</b>	<b>11,8%</b>

Obs: A totalização do indicador 'I2' considera somente os tribunais que informaram todas as variáveis necessárias para seu cálculo.

**Indicador:**

**I<sub>2</sub> – Percentual das receitas de Execução Fiscal em relação à despesa total da justiça.**

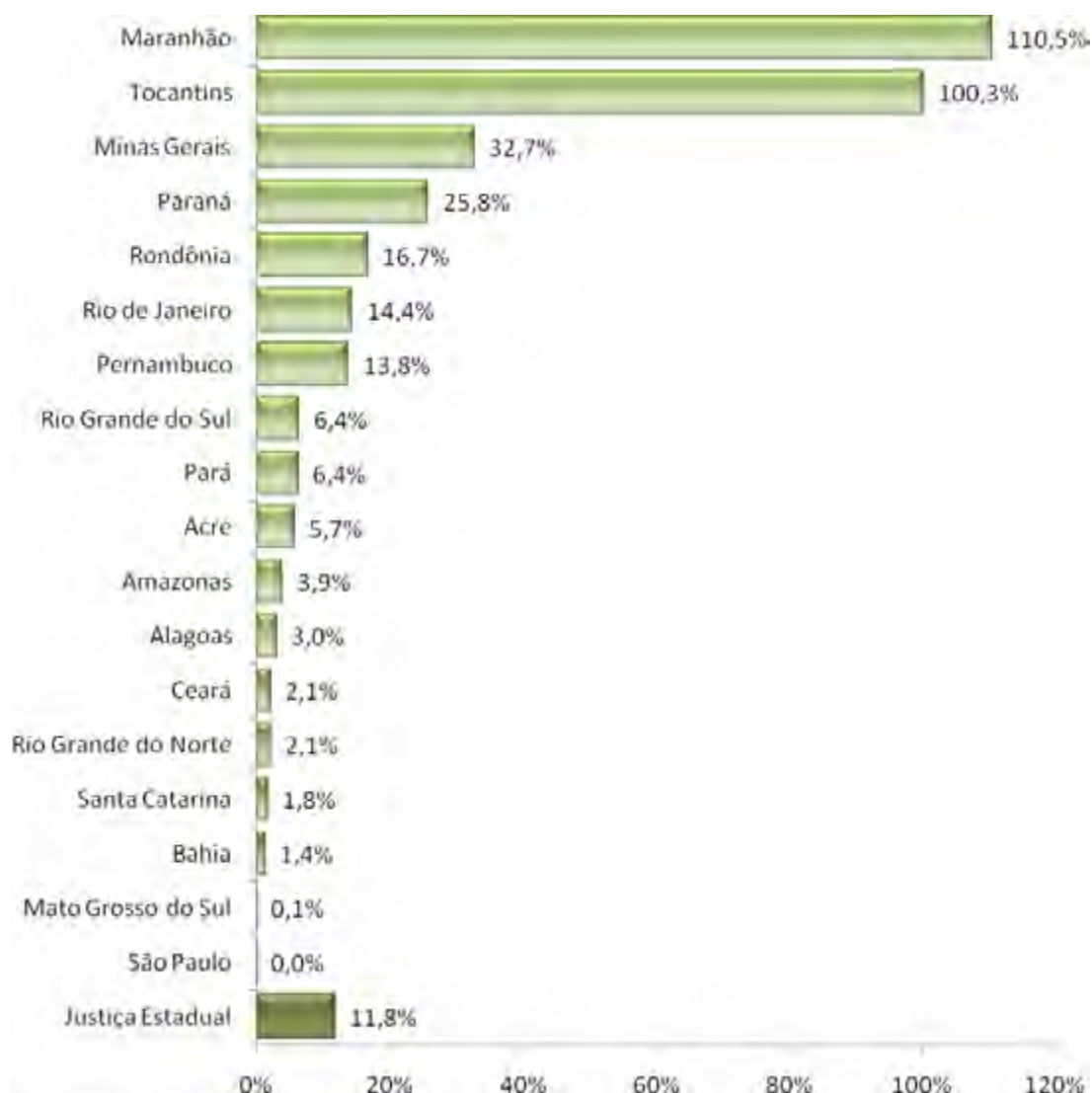
$$I_2 = \frac{i}{D_{pj}}$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 15 de 2006:

• **i - Receitas de Execução Fiscal:** Receitas transferidas aos cofres públicos decorrentes de execução fiscal no período-base (ano ou semestre).

• **Dpj – Despesa Total da Justiça:** Despesas efetivamente realizadas, considerando como despesa realizada, o orçamento liquidado no período-base (ano ou semestre) pelo Tribunal, excluídos os gastos com precatórios judiciais e requisições de pequeno valor (RPV) e despesas de exercícios anteriores no período-base (ano ou semestre).

Gráfico 3.10 – Receitas decorrentes de Execução Fiscal Sobre a Despesa Total





1.11. Depósitos Judiciais em Processos da Justiça Estadual

Tabela 3.11 - Depósitos Judiciais em Processos da Justiça Estadual

<b>Tribunal de Justiça</b>	<b>DepJud</b> Depósitos Judiciais (em R\$)
Acre	74.508
Alagoas	95.214.917
Amapá	14.816.184
Amazonas	122.479.983
Bahia	623.309.616
Ceará	265.111.951
Distrito Federal	708.955.124
Espírito Santo	374.877.978
Goiás	573.834.309
Maranhão	100.569.055
Mato Grosso	409.007.073
Mato Grosso do Sul	360.496.522
Minas Gerais	2.519.905.705
Pará	188.138.617
Paraíba	142.592.801
Paraná	2.643.952.500
Pernambuco	540.564.542
Piauí	4.409.827
Rio de Janeiro	6.433.934.729
Rio Grande do Norte	136.950.413
Rio Grande do Sul	5.063.214.344
Rondônia	185.844.898
Roraima	3.158.414
Santa Catarina	1.043.632.364
São Paulo	20.013.242.870
Sergipe	126.154.988
Tocantins	76.224.809
<b>Justiça Estadual</b>	<b>42.770.669.041</b>

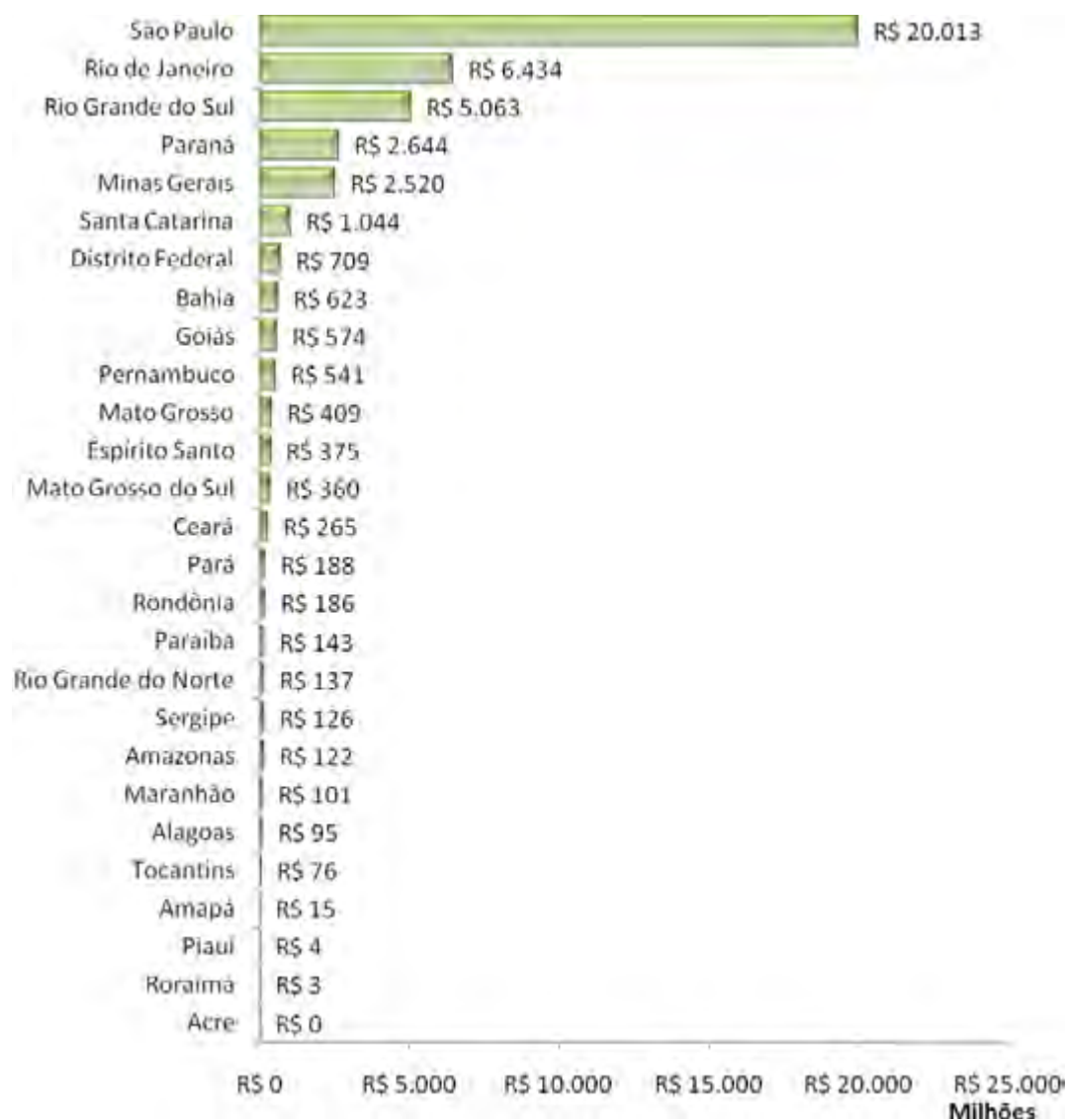
**Indicador:**

**DepJud – Depósitos Judiciais.**

Definição da Variável conforme Resolução nº 15 de 2006:

- **DepJud - Depósitos Judiciais:** Saldo de depósitos judiciais existente no final do período-base (ano ou semestre), incluindo os relativos à arrecadação da dívida ativa.

Gráfico 3.11 – Depósitos Judiciais em Processos da Justiça Estadual



1.12. Gastos com Informática da Justiça Estadual

Tabela 3.12 - Gastos com Informática da Justiça Estadual

Tribunal de Justiça	DPJ	Ginf	Inf1
	Despesa Total da Justiça (em R\$)	Gastos com Informática (em R\$)	Gasto com Informática sobre DPJ
Acre	104.093.279	1.123.881	1,1%
Alagoas	186.364.103	4.481.719	2,4%
Amapá	110.764.202	1.320.392	1,2%
Amazonas	243.140.596	4.096.413	1,7%
Bahia	1.559.054.022	14.302.788	0,9%
Ceará	478.370.600	9.032.585	1,9%
Distrito Federal	1.082.473.859	9.450.304	0,9%
Espírito Santo	481.538.219	19.399.735	4,0%
Goiás	418.391.720	4.740.066	1,1%
Maranhão	322.038.070	5.419.344	1,7%
Mato Grosso	473.394.684	16.465.578	3,5%
Mato Grosso do Sul	327.063.612	7.642.311	2,3%
Minas Gerais	1.967.147.078	33.155.580	1,7%
Pará	383.093.670	5.743.090	1,5%
Paraíba	285.362.402	11.197.724	3,9%
Paraná	714.906.698	8.756.643	1,2%
Pernambuco	509.812.355	9.855.538	1,9%
Piauí	159.446.340	127.810	0,1%
Rio de Janeiro	1.857.962.992	53.513.079	2,9%
Rio Grande do Norte	306.188.311	9.820.713	3,2%
Rio Grande do Sul	1.212.198.824	26.082.097	2,2%
Rondônia	217.134.206	4.666.742	2,1%
Roraima	58.767.472	130.988	0,2%
Santa Catarina	669.058.775	14.967.459	2,2%
São Paulo	4.597.543.991	135.681.621	3,0%
Sergipe	210.381.324	3.633.189	1,7%
Tocantins	132.104.435	1.915.636	1,5%
<b>Justiça Estadual</b>	<b>19.067.795.839</b>	<b>416.723.025</b>	<b>2,2%</b>

**Indicador:**

**Inf<sub>1</sub> – Percentual gasto com informática da despesa total da Justiça.**

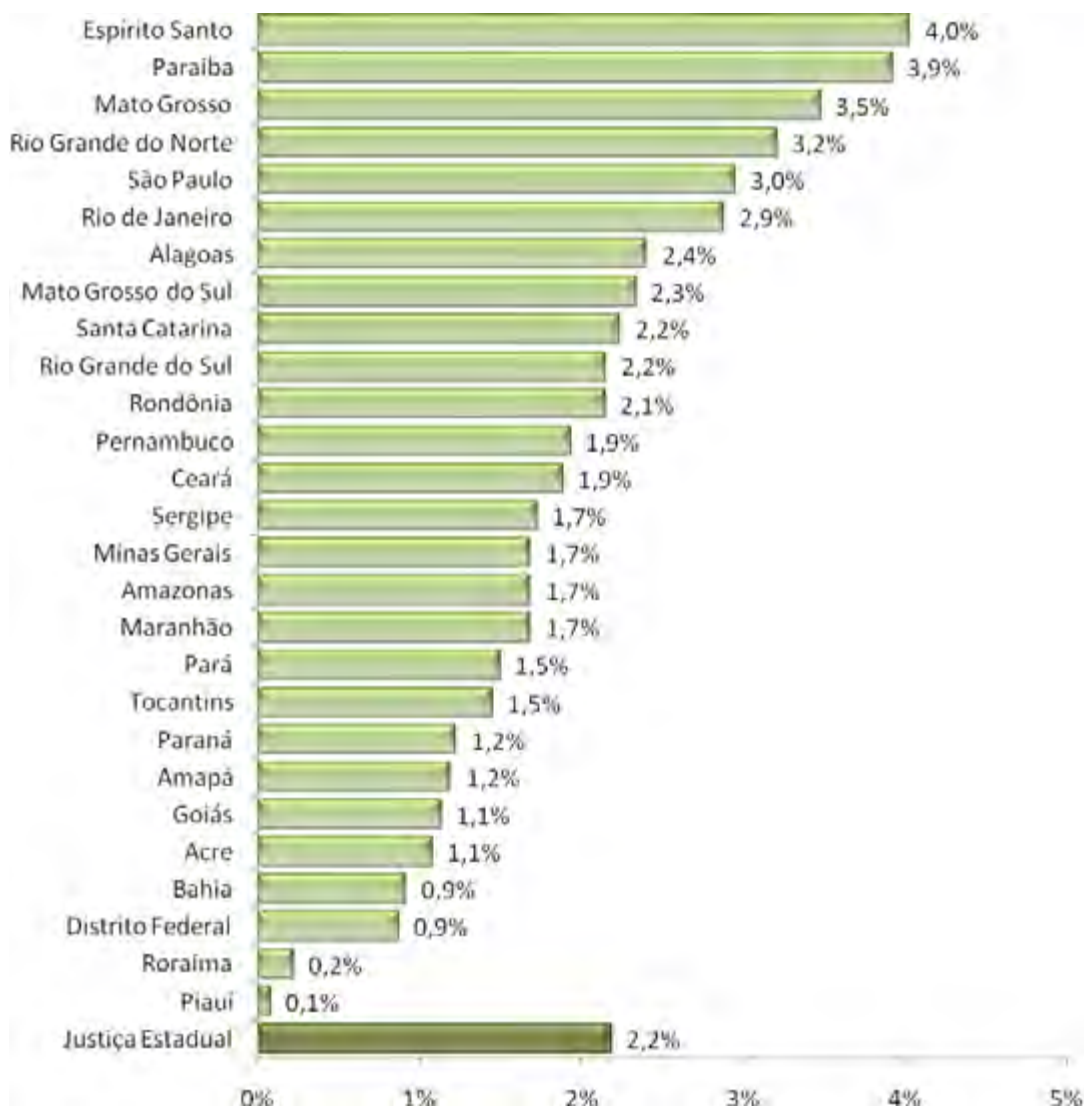
$$Inf_1 = \frac{G_{inf}}{Dpj}$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 15 de 2006:

- **G<sub>inf</sub> - Gastos com Informática da Justiça:** Todos os gastos com informática, inclusive os de origem extra-orçamentária (fundos, convênios, etc.) no período-base (ano ou semestre).

- **D<sub>pj</sub> – Despesa Total da Justiça:** Despesas efetivamente realizadas, considerando como despesa realizada, o orçamento liquidado no período-base (ano ou semestre) pelo Tribunal, excluídos os gastos com precatórios judiciais e requisições de pequeno valor (RPV) e despesas de exercícios anteriores no período-base (ano ou semestre).

Gráfico 3.12 – Gastos com Informática da Justiça Estadual



1.13. Número de Computadores por Usuário na Justiça Estadual

Tabela 3.13 - Número de Computadores por Usuário na Justiça Estadual

<b>Tribunal de Justiça</b>	<b>Comp</b> Nº de Computadores	<b>Ui</b> Usuários de computador	<b>Inf2</b> Computadores por Usuário
Acre	1.295	1.471	0,88
Alagoas	1.350	2.269	0,59
Amapá	1.037	1.037	1,00
Amazonas	2.052	1.928	1,06
Bahia	7.162	8.047	0,89
Ceará	4.346	4.413	0,98
Distrito Federal	7.782	7.208	1,08
Espírito Santo	5.298	5.298	1,00
Goiás	4.779	5.385	0,89
Maranhão	3.900	4.510	0,86
Mato Grosso	Indisponível	5.319	Indisponível
Mato Grosso do Sul	3.420	3.630	0,94
Minas Gerais	15.798	19.056	0,83
Pará	3.000	4.000	0,75
Paraíba	3.000	3.500	0,86
Paraná	6.500	7.150	0,91
Pernambuco	5.136	9.009	0,57
Piauí	300	2.646	0,11
Rio de Janeiro	19.300	28.004	0,69
Rio Grande do Norte	3.363	3.690	0,91
Rio Grande do Sul	14.945	13.077	1,14
Rondônia	2.280	2.318	0,98
Roraima	770	824	0,93
Santa Catarina	9.450	8.149	1,16
São Paulo	44.173	49.937	0,88
Sergipe	2.550	2.600	0,98
Tocantins	1.242	1.350	0,92
<b>Justiça Estadual</b>	<b>174.228</b>	<b>205.825</b>	<b>0,87</b>

Obs: A totalização do indicador 'Computadores por Usuário' considera somente os tribunais que informaram todas as variáveis necessárias para seu cálculo.

**Indicador:**

**Inf<sub>2</sub> – Número de computadores por usuário.**

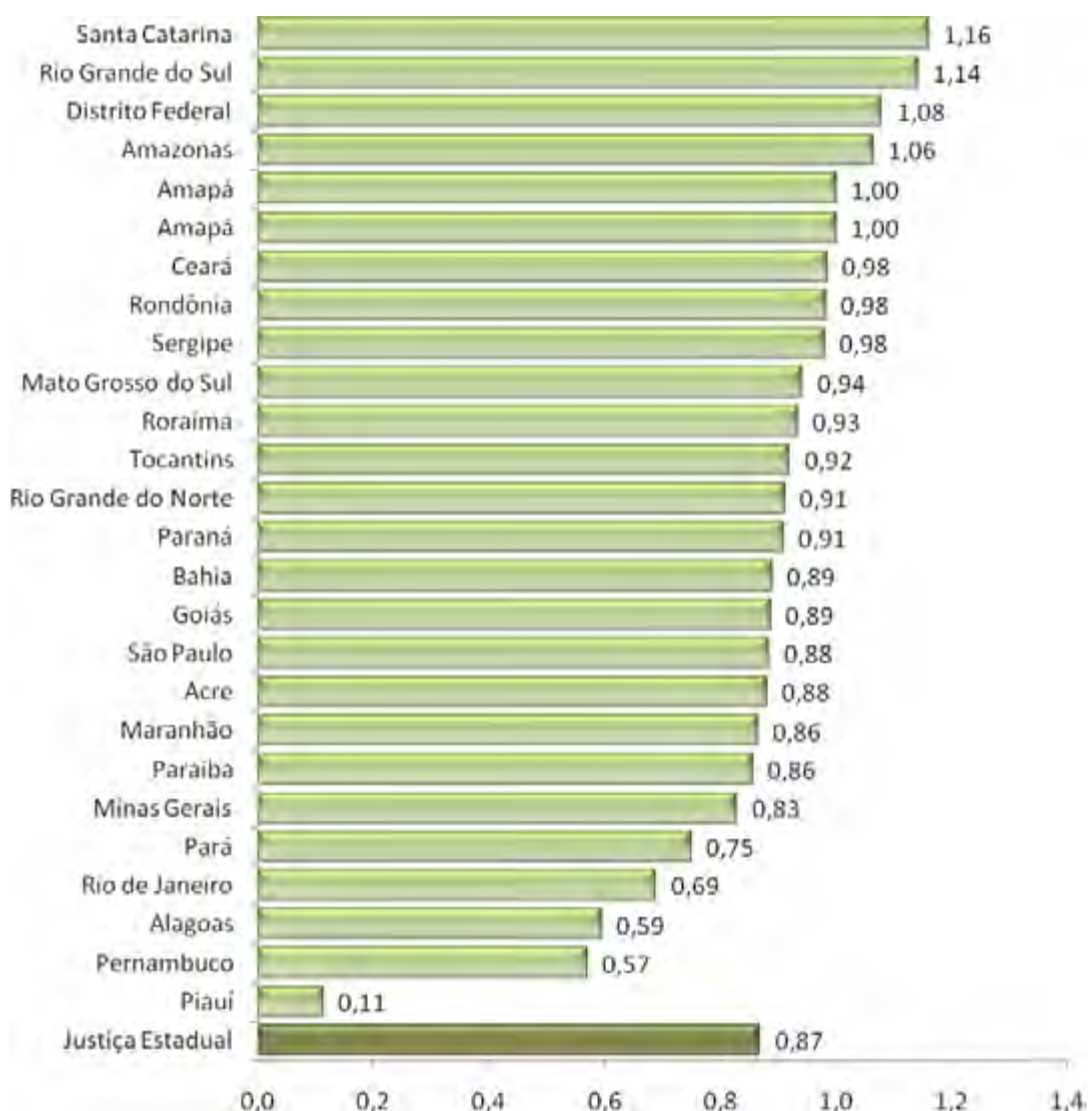
$$Inf_2 = \frac{Comp}{Ui}$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 15 de 2006:

- **Comp - Número de computadores de uso pessoal:** Todos os equipamentos de informática em uso, como microcomputadores, notebooks e terminais de uso pessoal no período-base (ano ou semestre).

- **Ui - Usuários de computador:** Todos os Magistrados, servidores, funcionários terceirizados, estagiários e contratados que utilizam regularmente os computadores do órgão no período-base (ano ou semestre).

Gráfico 3.13 – Número de Computadores por Usuário na Justiça Estadual



1.14. Ocupação de Área em metros quadrados (m<sup>2</sup>) na Justiça Estadual

1.14.1. Despesa por Área Total (em metros quadrados)

Tabela 3.14 - Despesa por Área Total

<b>Tribunal de Justiça</b>	<b>DPJ</b> Despesa Total da Justiça (em R\$)	<b>m<sup>2</sup>total</b> Área total (m <sup>2</sup> )	<b>Dm<sup>2</sup></b> Despesa por área total (em R\$)
Acre	104.093.279	34.774	R\$ 2.993,46
Alagoas	186.364.103	115.184	R\$ 1.617,96
Amapá	110.764.202	150	R\$ 738.428,01
Amazonas	243.140.596	78.207	R\$ 3.108,92
Bahia	1.559.054.022	1.812.870	R\$ 859,99
Ceará	478.370.600	402.324	R\$ 1.189,02
Distrito Federal	1.082.473.859	667.848	R\$ 1.620,84
Espírito Santo	481.538.219	195.267	R\$ 2.466,05
Goiás	418.391.720	249.090	R\$ 1.679,68
Maranhão	322.038.070	73.454	R\$ 4.384,19
Mato Grosso	473.394.684	179.863	R\$ 2.631,97
Mato Grosso do Sul	327.063.612	307.735	R\$ 1.062,81
Minas Gerais	1.967.147.078	603.086	R\$ 3.261,80
Pará	383.093.670	130.999	R\$ 2.924,41
Paraíba	285.362.402	107.333	R\$ 2.658,66
Paraná	714.906.698	595.309	R\$ 1.200,90
Pernambuco	509.812.355	310.424	R\$ 1.642,31
Piauí	159.446.340	26.843	R\$ 5.940,06
Rio de Janeiro	1.857.962.992	535.667	R\$ 3.468,50
Rio Grande do Norte	306.188.311	72.750	R\$ 4.208,77
Rio Grande do Sul	1.212.198.824	438.908	R\$ 2.761,85
Rondônia	217.134.206	269.603	R\$ 805,39
Roraima	58.767.472	75.330	R\$ 780,13
Santa Catarina	669.058.775	238.134	R\$ 2.809,59
São Paulo	4.597.543.991	2.068.615	R\$ 2.222,52
Sergipe	210.381.324	182.320	R\$ 1.153,91
Tocantins	132.104.435	49.882	R\$ 2.648,31
<b>Justiça Estadual</b>	<b>19.067.795.839</b>	<b>9.821.970</b>	<b>R\$ 1.941,34</b>

**Indicador:**

**D<sub>m<sup>2</sup></sub> – Despesa total da Justiça por metro quadrado.**

$$D_{m^2} = \frac{D_{pj}}{m^2 total}$$

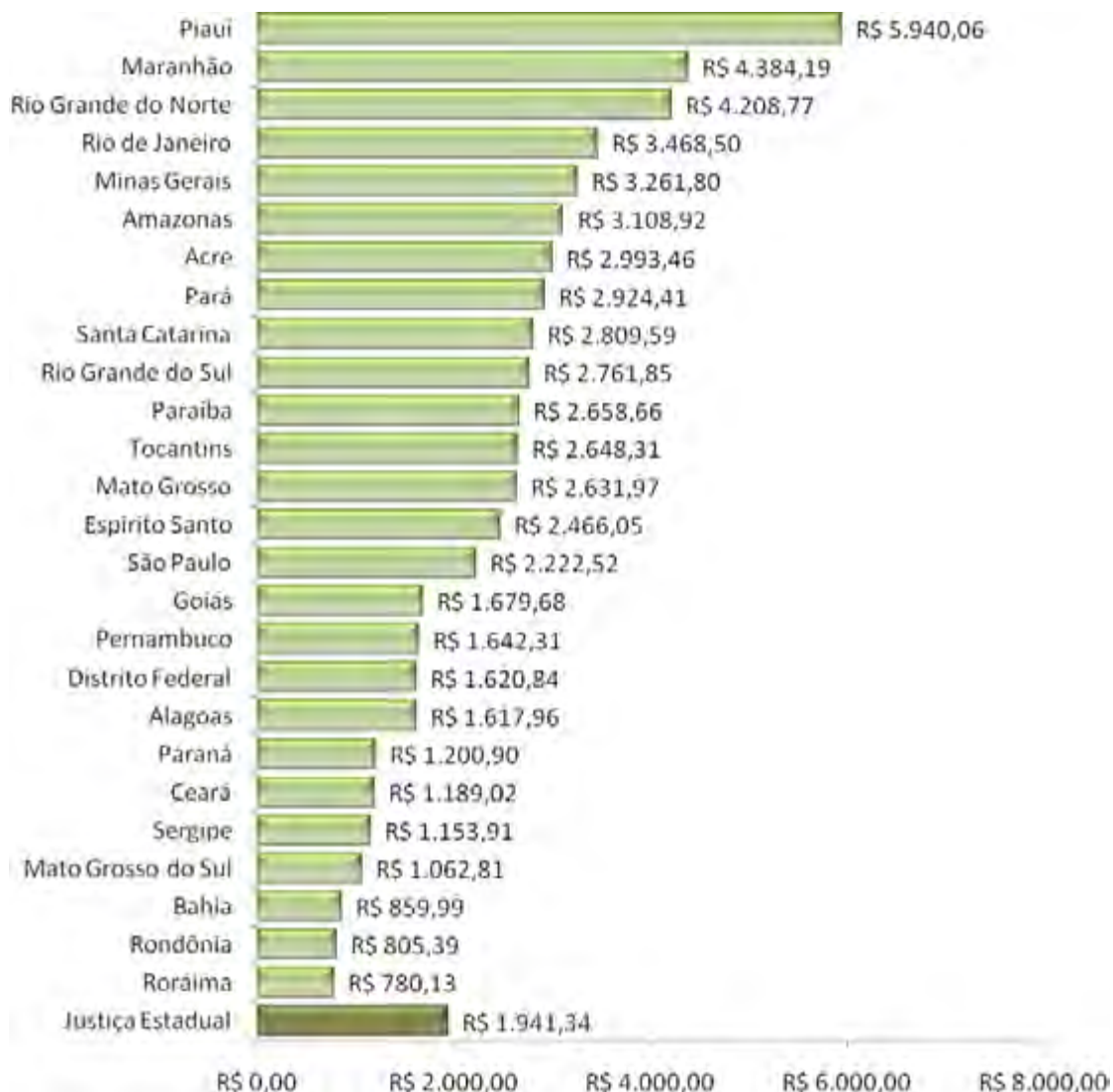


Definição das Variáveis conforme Resolução nº 15 de 2006:

• **Dpj – Despesa Total da Justiça:** Despesas efetivamente realizadas, considerando como despesa realizada, o orçamento liquidado no período-base (ano ou semestre) pelo Tribunal, excluídos os gastos com precatórios judiciais e requisições de pequeno valor (RPV) e despesas de exercícios anteriores no período-base (ano ou semestre).

• **m²total - Área total em metros quadrados:** Área total de todos os prédios, independentemente da finalidade, incluindo área para arquivos, depósitos, auditórios, museus, estacionamentos privativos e jardins no período-base (ano ou semestre)

Gráfico 3.14 – Despesa por Área Total



Obs: tendo em vista que o valor do Tribunal de Justiça do Amapá é bem superior aos demais, seus dados não estão apresentados graficamente, pois sua inclusão comprometeria a visualização gráfica dos demais Tribunais.

1.14.2. Pessoal Auxiliar por Área Útil (em metros quadrados)

Tabela 3.15 - Pessoal Auxiliar por Área Útil

Tribunal de Justiça	Paux	m <sup>2</sup> útil	Pm <sup>2</sup>
	Total de Pessoal Auxiliar	Área útil (m <sup>2</sup> )	Pessoal Auxiliar por área útil
Acre	1.501	23.810	0,06
Alagoas	2.388	60.837	0,04
Amapá	800	Indisponível	Indisponível
Amazonas	1.939	44.112	0,04
Bahia	11.781	1.812.870	0,01
Ceará	4.681	303.246	0,02
Distrito Federal	6.972	224.852	0,03
Espírito Santo	5.393	79.938	0,07
Goiás	5.331	199.272	0,03
Maranhão	4.508	55.863	0,08
Mato Grosso	5.319	103.715	0,05
Mato Grosso do Sul	3.963	100.065	0,04
Minas Gerais	23.597	481.600	0,05
Pará	3.656	109.531	0,03
Paraíba	4.117	95.460	0,04
Paraná	6.847	348.824	0,02
Pernambuco	8.087	214.587	0,04
Piauí	939	23.621	0,04
Rio de Janeiro	25.443	506.388	0,05
Rio Grande do Norte	3.806	56.745	0,07
Rio Grande do Sul	13.373	416.963	0,03
Rondônia	2.371	62.114	0,04
Roraima	824	47.591	0,02
Santa Catarina	7.717	188.105	0,04
São Paulo	55.727	881.440	0,06
Sergipe	3.045	108.825	0,03
Tocantins	1.744	44.352	0,04
<b>Justiça Estadual</b>	<b>215.869</b>	<b>6.594.725</b>	<b>0,03</b>

Obs: A totalização do indicador 'Pessoal Auxiliar por área útil' considera somente os tribunais que informaram todas as variáveis necessárias para seu cálculo.

**Indicador:**

**P<sub>m<sup>2</sup></sub> – Quantidade de pessoal auxiliar por metro quadrado útil.**

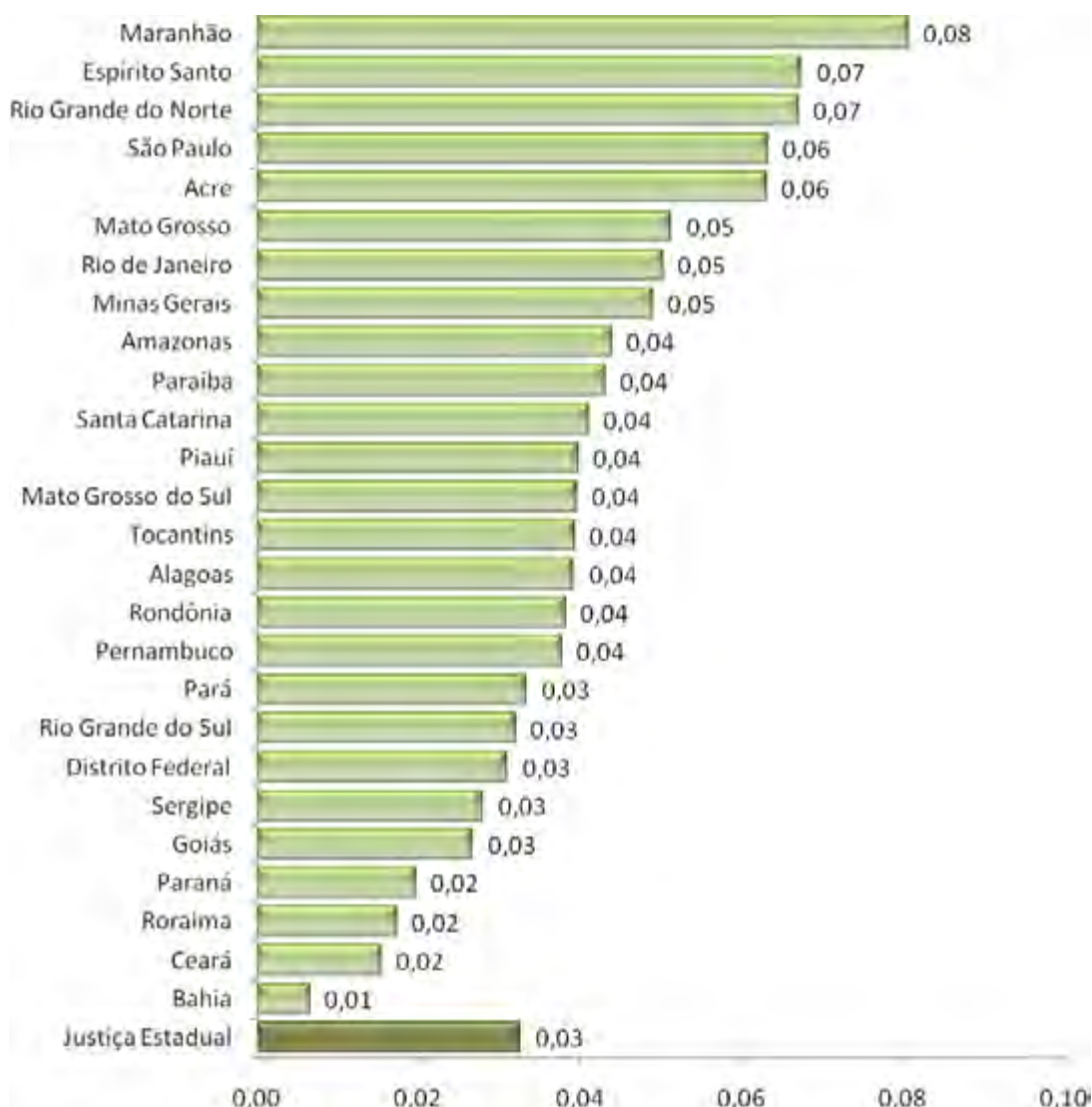
$$P_{m^2} = \frac{Paux}{m^2\acute{u}til}$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 15 de 2006:

- **Paux - Total de Pessoal auxiliar:** Número total de servidores ativos do quadro permanente, incluindo os requisitados e os sem vínculo efetivo, ocupantes exclusivamente de cargos em comissão e funções gratificadas, os conciliadores, os juízes leigos, os terceirizados e os estagiários, bem como os vinculados à contratação temporária de mão-de-obra no final período-base (ano ou semestre).

- **m<sup>2</sup>útil - Área útil total em metros quadrados:** Área útil total destinada à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no período-base (ano ou semestre).

Gráfico 3.15 – Pessoal Auxiliar por Área Útil



1.14.3. Processos por Área Útil (em metros quadrados)

Tabela 3.16 - Processos por Área Útil

<b>Tribunal de Justiça</b>	<b>proc</b> Nº de processos	<b>m²útil</b> Área útil (m²)	<b>procm²</b> Processos por área útil
Acre	270.858	23.810	11,4
Alagoas	902.497	60.837	14,8
Amapá	Indisponível	Indisponível	Indisponível
Amazonas	977.471	44.112	22,2
Bahia	289.205	1.812.870	0,2
Ceará	1.198.518	303.246	4,0
Distrito Federal	2.661.558	224.852	11,8
Espírito Santo	1.897.450	79.938	23,7
Goiás	302.065	199.272	1,5
Maranhão	225.850	55.863	4,0
Mato Grosso	683.905	103.715	6,6
Mato Grosso do Sul	3.632.580	100.065	36,3
Minas Gerais	6.239.163	481.600	13,0
Pará	829.668	109.531	7,6
Paraíba	1.875.137	95.460	19,6
Paraná	11.898.772	348.824	34,1
Pernambuco	1.988.758	214.587	9,3
Piauí	189.606	23.621	8,0
Rio de Janeiro	24.184.510	506.388	47,8
Rio Grande do Norte	653.761	56.745	11,5
Rio Grande do Sul	18.461.035	416.963	44,3
Rondônia	1.630.294	62.114	26,2
Roraima	208.833	47.591	4,4
Santa Catarina	2.085.052	188.105	11,1
São Paulo	76.716.896	881.440	87,0
Sergipe	239.734	108.825	2,2
Tocantins	85.454	44.352	1,9
<b>Justiça Estadual</b>	<b>160.328.630</b>	<b>6.594.725</b>	<b>24,3</b>

Obs: A totalização do indicador 'Processos por área útil' considera somente os tribunais que informaram todas as variáveis necessárias para seu cálculo.

**Indicador:**

**Proc<sub>m²</sub> – Quantidade de processos judiciais em papel por metro quadrado útil.**

$$proc_{m^2} = \frac{proc}{m^2 \text{ útil}}$$

Definição das Variáveis conforme Resolução nº 15 de 2006:

• **proc - Número total de processos:** Todos os processos judiciais em papel (em tramitação ou arquivados) existentes na Justiça no período-base (ano ou semestre).

• **m<sup>2</sup>útil - Área útil total em metros quadrados:** Área útil total destinada à atividade-fim e à atividade de apoio administrativo no período-base (ano ou semestre).

Gráfico 3.16– Processos por Área Útil

